

Jornal ECO

Edição IX - Inverno de 2022



A Serpente - 03

Educação - 08

Sindemia- 06

Assédio - 11

Transporte Público - 13



Por um Brasil sem conflitos

Carlos Machado



Ninguém quer ou gosta de briga, de confusão, de intriga ou de discordar dos outros/as sem mais nem menos. Sempre há um motivo ou algo a incomodar ou algo como gerador do conflito, que o está a motivar sua emergência, portanto um problema. Portanto, os conflitos fazem parte da vida, das relações dos humanos entre si e destes com a natureza física e os demais seres vivos animais, plantas, florestas, etc. Os conflitos entre os indivíduos, ou entre as pessoas não é objeto de estudos do observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil e leste do Uruguai. Tratamos, mapeamos conflitos sociais, ambientais, urbanos desde 2011 na cidade do Rio Grande e região e desde 2015 no Uruguai. No momento estamos realizando um mapeamento dos conflitos entre 2018 e 2021 em quatro jornais: El País e La diária, do Uruguai; Agora e Diário Popular, Brasil. Nesta edição do JornalECO apresentamos alguns conflitos que estamos estudando na região e sua conexão com outras de nosso país e de fora dele.

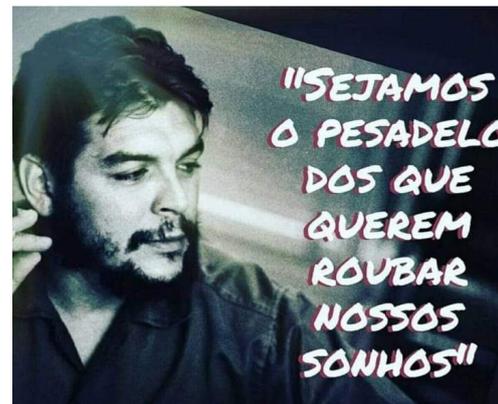
O que são então os conflitos que estudamos? Para nós, do observatório e em nosso mapeamentos nos jornais os conflitos são indicadores de problemas, ou seja, um grupo de pessoas, um coletivo, uma comunidade, os trabalhadores e trabalhadoras, vão as ruas por que estão sendo prejudicados, injustiçados, sofrendo um problema que alguém, uma empresa, um órgão público, instituição, está causando. Portanto, para nós a solução do conflito é a solução dos problemas causadores da injustiça! Mas, também identificamos problemas que ainda não fizeram vir à tona ou ao espaço público os "injustiçados e as".

Por exemplo os usos de venenos prejudiciais a saúde das pessoas, dos animais, das águas, alimentos... ou ainda, escolas via fumigação sobre crianças, professores, populações... mas, também causadores de

contaminação e de destruição e exploração ambiental, das florestas e áreas indígenas ou de comunidades e populações inteiras como é o caso da tentativa da mineração de São Jose do Norte durante a pandemia, nos anos 2002 e 2021, e esperamos que se mantenham os movimentos sociais e as forças populares, que conseguiram barrar momentaneamente as remoções, mas as mesmas são um problema histórico em nosso país e cidade

Ou ainda, o assédio, tentativas ou efetivadas de violência sexual que sofrem meninas, mulheres nesta sociedade machista e patriarcal, e racista e discriminatória chamada Brasil desde que aqui chegaram os portugueses invadindo este território relegando a dominados seus antigos habitantes- ou escravizando-os ou trazendo africanos para cá para também escravizá-los. Foram 400 anos de dominação portuguesa, até 1822 como simples produtora de riqueza e bens a metrópole portuguesa e depois mais 60 de transição, digamos assim, até que as classes dominantes e suas forças armadas via golpe derrubassem a princesa e o imperador assumindo diretamente a gestão do poder sem intermediários. Mas o racismo, o assédio as mulheres, o descaso com a universidade pública e os institutos federais de educação por parte dos governos prepostos ou servis às classes dominantes mais abjetas e destrutivas do e ao país persistem de forma avassaladora desde 2016. É isso que mostram os conflitos encampados ou encabeçados pelos trabalhadores e trabalhadoras das Universidades Federais e dos institutos federais contra o assédio, contra os cortes de recursos visando à destruição da educação pública no nível superior pelo governo atual no nível federal, mas também no estadual e municipal. Além disso, caso como o conflito do Portal da Barra em Pelotas, Laranjal, da fome e da exclusão num país que é uma dos maiores

produtores de alimentos do mundo, das mortes e contaminações com a covid19, os casos de racismo, da violência e escravidão animal são outros casos de conflitos e problemas que indicam a existência de injustiça ambiental e desigualdades que um Brasil sem conflitos deveria ter como pauta, proposta, utopia. Portanto, para termos um Brasil sem conflitos sociais, ambientais e urbanos, todos e todas deveriam ter garantida moradia, emprego, comida, não ser contaminado, minerado, ter seus territórios invadidos por empresas em busca de lucro ou de suas florestas e habitats naturais destruídos, atendimento gratuito e com qualidade na saúde e no ensino em todos os níveis, que ao animais não fossem escravizados ou explorados, que não houvesse meninos e meninas na rua assim como adultos, que os idosos pudessem usufruir de suas vidas com seus entes queridos ou com condições para fazê-lo pelas próprias forças, enfim estas e outras questões que os conflitos estão a indicar podem ser os problemas que deverão ser resolvidos e com isso não haveria mais conflitos. Ou talvez, conflitos de outra natureza, mas não pela fome, pela exploração, pela dominação ou pela contaminação etc. Mas, para isso devemos nos colocarmos juntos aos que lutam contra os que causam ou são cúmplices dos causadores das injustiças, e para isso, precisamos de uma educação para justiça ambiental!





As Asas da Serpente

Horacio Rodrigues



Em 2018, o Jornaleco alertava, baseado em uma análise de Lúcio Kowarick publicado em artigo no jornal Le Monde, sobre a eclosão do Ovo da Serpente. Esta análise mostrou a semelhança entre a disseminação do nazismo na Alemanha nos anos 1930 pré segunda guerra (mostrada no filme homônimo de Ingmar Bergman - 1977) com a crescente “onda” que vinha sendo construída pelos militantes, militares e norte-americanos em apoio a Bolsonaro desde inícios dos anos 2011 no contexto da guerra híbrida. Esta onda, como alertamos, não se tratava somente de um movimento eleitoral, mas vinha se constituindo, inspirada na ideologia e nas práticas de mobilização e ação fascistas potencializadas, no presente, pelas redes sociais.

Ao ser eleita, a família miliciana ocupa os palácios do poder executivo no Brasil e continua a disseminar o ódio, a morte e o descomprometimento com o enfrentamento da miséria, da fome, das mortes pela covid19, do desemprego, da falta de esperança! É o mais triste ainda: uma parcela da população brasileira acredita de modo quase irracional nos discursos do presidente e, desse modo, é cúmplice deste ódio disseminado por ele contra as/os negra/os, pobres, indígenas, mulheres, pessoas lgbtqia+ e militantes de esquerda. E pior, alguns usando armas - que o presidente faz apologia! - para matar adversários, pessoas diversas e diferentes deles!

O governo Bolsonaro, institucionalmente, trabalha para garantir as condições materiais e de milícias para instaurar um estado Fascista:

- facilitou até onde pode a compra de armas pela população, no caso, para quem tem dinheiro;
- colocou as forças arma-

das nas entranhas do aparelho executivo federal, com milhares de cargos, ministérios, vantagens financeiras e reposição das perdas da inflação, etc.;

- levou a postos centrais do governo figuras que não passariam nem perto de um governo representativo da sociedade civil (Damares Alves como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos; Sérgio Camargo na Fundação Palmares; entre outros);

- interferiu, e interfere, diretamente em órgãos que deveriam ser minimamente independentes da gestão federal, como a Polícia Federal (PF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

- ataca recorrentemente o poder judiciário, principalmente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os quais podem/poderiam legalmente incriminá-lo devido a suas ações ilegais;

- dissemina mentiras, propaga ódio a setores e grupos sociais populares e adversários políticos, ao mesmo tempo em que faz negociações no

parlamento e nos bastidores como o “roubo” no Ministério da Saúde, da Educação, “rachadinhas”, “queima de arquivo”, etc.

Em especial, os ataques à Justiça eleitoral são a arma que prepara ideologicamente o campo social na criação de meios para a ruptura do funcionamento da nossa República. A derrota de Donald Trump e sua investigação nos EUA, a rejeição de mais de 60% do povo brasileiro a sua pessoa e governo, o perigo real de ser derrotado no primeiro turno e a possibilidade de sair do Palácio do Planalto diretamente para a cadeia estão levando a família ao desespero.

Diante das pesquisas apontando sua derrota nas eleições, Bolsonaro cada vez mais ataca o sistema eleitoral brasileiro com base em teorias e acusações que não carregam nada de verídico. O mesmo sistema que o elegeu sete vezes deputado e presidente em 2018, agora não seria mais confiável, devido a sua possível derrota em outubro de 2022.

O esforço fascista não se dá somente nas ações institucionais, mas ideologicamente, na propagação do discurso de superioridade moral de si





mesmo, o messias (falso). A imagem e as falas do presidente buscam produzir a ideia dele ser a personificação do salvador da família, dos bons costumes, daquele que combate aquilo que seu “público” considera como imoral (outras identidades de gênero e sexualidade), inferiores e/ou responsáveis pelas mazelas que vivem (os negros/pretos, os povos indígenas, os pobres, etc.). O ódio ao diferente nunca teve tantos seguidores batendo no peito e mostrando suas convicções destemidamente.

Se o ovo da serpente eclodiu em 2018, agora em 2022 começam a nascer as asas desta víbora. O seu exército (não o institucional, mas aquele formado pelos/as “cabeças de lata” de um miliciano que ocupa a cadeira de Presidente da República) toma corpo. Exército que propaga via redes sociais, grupos de mídias, nas discussões pela internet ou publicações MENTIRAS que os seguidores de Bolsonaro se empenham em disseminar ampliadas com mais ódio e mentiras. Os atos convocados por ele são um show distópico de ataques à república e à democracia, pedidos de intervenção militar, fechamento da Suprema Corte, ataques à imprensa e por aí vai. O que mais nos dói e preocupa é a crescente onda de ataques de fato deste exército paramilitar. A seguir disponibilizamos uma pequena lista desses ataques, que infelizmente tende a aumentar nos próximos meses.

Vivemos um momento histórico em que o medo se faz presente. Medo de que o bom senso não consiga dar conta de segurar essa onda fascista e facínora. Medo de que existam próximas vítimas, que podem ser companheiras/os de luta e inclusive pessoas queridas. Porém este medo não pode ser um fator imobilizante. Ao contrário, deve ser motivo para o encontro, para a solidariedade e para a organização. Sabemos que este momento histórico também carrega o fato de estarmos saindo de uma Pandemia, depois de 2 anos, o que dificulta a mobilização em qualquer sentido.

Nossa missão enquanto militantes sociais, populares, cidadãos/os ou estudantes, acadêmica/os ou trabalhadoras/es, mulheres, indígenas, negras/os, pretas/os, desempregadas/os, precarizadas/os, cristãs/os, umbandistas, espíritas ou sem qualquer religião, que não concordam ou compactuam com quem diz ser crente em Deus, mas prega o ódio e a morte, é dupla. Vencer o distanciamento (com a segurança epidemiológica necessária) para conseguir recriar uma coletividade organizada e, através deste reencontro, debater, vencer o medo e se unir em contraposição à ameaça da continuidade e ampliação do fascismo em nosso país!

Cortar as asas da serpente antes que ela alce voo ainda mais alto é o nosso desafio.



Isto não é um convite à violência (até porque as armas não estão do nosso lado), mas à coragem de conseguir se impor enquanto coletivos e dizer basta!

De erguer a voz e conseguir defender as diferenças, o diálogo, a democracia e o bom senso, mas unidos contra o inimigo facista!

Nossa missão é demonstrar que o autoritarismo e a discriminação não são uma alternativa para o nosso povo!

Viveremos momentos difíceis até fins de 2022, mas temos o nosso papel histórico a desempenhar, e como pessoas, cada um de nós, será cobrada/o em seu posicionamento: do lado da morte, do ódio, da destruição ambiental, humana e da continuidade do que vivemos nos últimos 4 anos; ou, ao contrário, nos organizarmos para nos protegermos, ao debatermos juntos em nossas diferenças e diversidade e produzirmos a ESPERANÇA de que em 2023 possamos sair desta escuridão fascista em que vivemos desde 2018!

Eis a seguir o lado da morte, do ódio, da violência que queremos superar em 2023:

- 14 de março de 2018 - Marielle Franco e Anderson executados a tiros no Rio.

- 27 de março de 2018 - Tiros contra a caravana de Lula no Paraná.

- 3 de setembro de 2018 - “Vamos fuzilar a petralhada”, comanda Bolsonaro em Rio Branco (AC).

- 7 de outubro de 2018 - No dia do primeiro turno das eleições, bolsonaritas atropelam o cineasta Guilherme Daldin, em Curitiba; a cantora trans Juliana Iguacu foi agredida na cabeça; pelo menos 50 casos de violência foram registrados nos dez dias anteriores em todo o país, segundo levantamento da Agência Pública e Open Knowledge.

- 8 de outubro de 2018 - Bolsonarista assassinou com 12 facadas o capoeirista Mestre Moa do Katendê em Salvador, um dia depois.

- 8 de outubro de 2018 - Bolsonaristas agredem e tatuam suástica no corpo de mulher de 19 anos em Porto Alegre.

- 10 de outubro de 2018 - Dez bolsonaristas





armados atacam a Casa do Estudante na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba.

- 28 de novembro de 2019 - Bolsonarista assassina idoso a socos e pontapés em Balneário Camboriú (SC).

- 15 de outubro de 2021 - Bolsonarista armado ameaça radialista Jerry Oliveira em Campinas.

- 7 de setembro de 2021 - Grupo de bolsonaristas armados atacou e tentou invadir acampamento indígena em Brasília.

- 15 de junho de 2022 - Drone pilotado por bolsonaristas lança veneno sobre o público que aguardava ato com Lula em Uberlândia.

- 5 a 7 de julho de 2022 - três episódios: tiro na redação da Folha de S. Paulo; ataque com fezes e ovos ao carro juiz que determinou prisão do ex-ministro bolsonarista; bomba lançada contra o ato público de Lula na Cinelândia.

- 7 e 8 de julho de 2022 - Em pronunciamentos, Bolsonaro volta a incitar apoiadores a ações violentas contra partidos e militantes e de esquerda.

- 10 de julho de 2022 - Bolsonarista invade festa de aniversário assassina dirigente petista Marcelo Arruda em Foz do Iguaçu (PR).
VIOÊNCIA E AMEAÇAS DO BOLSONARISMO CONTRA JORNALISTAS, MULHERES, NEGROS E LGBT:

- 27 de janeiro de 2022 - Relatório da Fenaj aponta Bolsonaro como autor ou incentivador de 175 ataques contra jornalistas no Brasil.

- 13 de dezembro de 2021 - Equipe da TV Bahia é agredida por seguranças e apoiadores de Bolsonaro em Salvador.

- 17 de maio de 2022 - Deputado Bolsonarista agride vereadora trans no Rio de Janeiro.

- 14 de junho de 2022 - Deputado bolsonarista ameaça deputada do PSOL em Pernambuco.

O relatório "Violência Política e Eleitoral no Brasil (2020)" elaborado pela Terra de Direitos e Justiça Global, mapeou 327 casos de violência política entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e quatro casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, pré-candidatos, candidatos ou eleitos. A atualização da pesquisa, realizada entre 2 de setembro e 29 de novembro de 2020, relata 109

casos de violência política e eleitoral, sendo 14 assassinatos, 66 atentados e 29 agressões, ameaças e invasões.

De acordo com a pesquisa, houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se para 32 em 2019. Em 2020, até 29 de novembro, registrou-se um trágico recorde: 107 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número cinco vezes maior do que o quantitativo de 2017. A pesquisa mostra que a maior incidência de assassinatos e atentados se deu na esfera municipal, com 87% dos casos.

A pesquisa "A Violência Política Contra as Mulheres Negras (2020)", elaborada pelo Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Terra de Direitos, entrevistou mulheres negras que foram candidatas e mostrou que, entre as participantes, 42% relataram ter sofrido algum tipo de violência. Entre elas, 13,3% receberam ameaças de morte durante o período de pré-campanha ou campanha eleitoral.





A sindemia do covid-19 e o agravamento da desigualdade social: a luta continua após a vacinação

Raissa Garcia



Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do coronavírus como emergência de saúde pública de importância internacional (EPSII), sendo esse o alerta de nível mais alto da organização e em apenas dois meses depois, a OMS declara o COVID-19 como pandemia. O primeiro caso brasileiro registrado foi no dia 26 de janeiro de 2020 e hoje, mais de dois anos após, o marco de contaminados ultrapassa os 33 milhões.

No Brasil o vírus chega e se instala num cenário onde o desemprego, a fome a precariedade do sistema público de saúde imperam, ou seja, o país já sofria de uma crise de desigualdade antes de uma crise de coronavírus. Segundo dados do IBGE, em 2018 o Brasil ocupada o oitavo lugar do ranking de países mais desiguais do planeta.

Se um vírus de alto risco de contaminação e letalidade cai em um país onde a desigualdade social é grande, os agravamentos consequentemente passam a ser maiores. É possível concluir que todos os desdobramentos eram esperados. Isso porque nunca tivemos uma “normalidade” que muitos discursam (SANTOS, 2020), muito antes da pandemia do coronavírus já vínhamos enfrentando todas as consequências do avanço neoliberal pelo mundo. No caso do Brasil, a fome, a precarização e ataque aos serviços públicos de saúde já vinham sendo a pauta diária, bem como a conjuntura política e o resultado das eleições presidenciais no Brasil também antecedem a pandemia. Com isso quero dizer que já enfrentávamos um “cenário de guerra” (guerra contra os pobres, dos pobres contra a fo-

me, dos trabalhadores contra a burguesia) e nesse mesmo cenário foi inserido um vírus onde a capacidade letal é aumentada justamente por tais condições.

Quem cunhou o termo para essa letalidade aumentada perante as condições sociais foi Merrill Singer, em 1990, onde chamou de Sindemia o quadro epidêmico que se entrelaça com outras mazelas ligadas a distribuição de riqueza, classe, raça e gênero. Ou seja, uma pandemia onde os fatores sociais, econômicos, biológicos se entrelaçam de maneira que seja difícil identificar quais das mortes foram por causas naturais ou não, bem como torna insuficiente pensar uma solução isolada, por não se tratar apenas de um vírus ou da criação da

vacina. Se trata, nessa perspectiva, das pessoas que estão mais expostas aos riscos, dos lugares que as vacinas não chegam, dos discursos que as recusam, das disputas entre milionários que aumentaram suas fortunas em detrimento do agravamento da pobreza e precarização do trabalho e da vida dos injustiçados. Segundo relatório da OXFAM “O vírus da Desigualdade”.

A pandemia expôs brutalmente e ampliou as rachaduras no sistema de trabalho, e mulheres pobres e comunidades racializadas e marginalizadas, que já tendiam a estar em desvantagem, estão sendo as mais gravemente afetadas (OXFAM, 2021, p. 42).

Todos aqueles que já estavam sofrendo as desigualda-





des dentro do capitalismo sofreram intensamente os agravamentos com a instalação do novo coronavírus, entendendo que as medidas protetivas na pandemia se tornaram privilégio

dos poucos que puderam cumprir com o isolamento e higiene.

Segundo parte da pesquisa PROJETO DE PESQUISA CNPq (2020-2021): Rio Grande na Pandemia e na eleição de 2020(RS/Brasil): Natureza, Desigualdade, Educação e conflitos nos discursos e ações públicas vinculada ao Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, foi possível identificar na cidade de Rio Grande, onde iniciamos mapeando desde março até fim de julho de 2020, que no período de março à julho o número de contaminados “prestadores de serviços” (formais ou não formais, destacando-se: manicures, serviços gerais, motoristas) ultrapassa todas demais ocupações. Em julho de 2020, onde tivemos o pico de contaminados, de um total de 498 positivados no mês, 233 eram prestadores de serviços, 55 profissionais da saúde, 47 do lar, 47 aposentados, 9 trabalhadores da marinha, 5 eletricitas, 4 auxiliares de cozinha, 7 portuários, 1 pescador, 79 não informados e apenas 11 empresários. Temos a partir daí um dado significativo: 487 trabalhadores contaminados e apenas 11 empresários. Entre os números de mortos, destacam-se os aposentados, sendo 32 mortos apenas no mês de julho. Esses dados coletados nos ajudam a perceber que os prestadores de serviços, ou seja, aqueles que trabalham pra alguém e são baixa renda, foram os mais afetados e expostos no pico da contaminação na cidade.

Igualmente prejudicados também temos todos aqueles trabalhadores informais que não possuem acesso a crédito ou renda, sem amparo de um patrão ou empresa, muitos recorreram a serviços temporários ou “bicos” em troca de alimentos. Houve um aumento signi-

ficativo de pessoas abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com uma refeição por dia. Isso porque muitos ambulantes, trabalhadores da rua e demais trabalhadores que

tentavam sobreviver antes da pandemia, já não puderam mais realizar seus serviços, implicando num aumento da miséria e falta de opções. Como aponta o relatório da OXFAM (2021), esses trabalhadores informais sem acesso à crédito estão tendo que vender seus pertences, pequenas posses, animais, o que ocasiona numa miséria mesmo com o fim da pandemia. Essas famílias, sem um plano de amparo do Estado, irão ter muitas dificuldades para recuperar o que perderam.

É preciso agora pensar planos de recuperação e segurança social para aqueles que perderam tudo. A vacina, que chegou no Brasil em janeiro de 2021, já contemplou mais de 170 milhões de pessoas com todas doses recomendadas. No entanto, como vimos, essa sindemia requer mais do que a vacina para poder salvar os brasileiros. Ainda restam a fome, a miséria, a falta de moradia e saneamento básico, o desemprego, a precariedade da vida e etc. Ou seja, todos problemas que foram violentamente agravados com o vírus não foram embora com a aplicação da vacina. Ainda não acabou, não retornamos para uma “normalidade”, pois a fome e o desemprego, a falta de perspectivas, o desmonte da saúde e educação também são sintomas de um sistema adoecedor que precisa ser combatido.

A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>

#:~:text=A%20pandemia%20de%20co-vid%2D19%20exp%C3%B4s%2C%20alimento%20e%20aumentou%20as,vida%20de%20bilh%C3%B5es%20de%20pessoas.

O PARAÍSO NÃO É PAZ,
É FORÇA

Do céu caem lágrimas que me beijam os olhos
E me lembram que é preciso chorar às vezes.
É que as tempestades sempre chegam,
Com raios riscando o céu e fazendo barulho.
Que as cores mudam, trazendo paz e terror.

Mas é sempre céu apesar de tudo.
Tudo o atravessa, o modifica, mas não o desmancha.
O céu nunca cai.
O paraíso não é paz.
É força.

Raissa Garcia

CONFIRA: ZINE MARÍTIMAS

o conjunto de deslocamentos, de avanço e recuo, de ação e reação que molda o ser e o fazer artístico das mulheres, como o movimento periódico e potente das águas do mar, nasceu MARÍTIMAS: uma zine feminista fundada em Rio Grande por Juliana Blasina, Lidiane Dutra e Suellen Rubira, a fim de reunir textos e ilustrações produzidas por mulheres em suas pluralidades, referente às diversas pautas da luta feminista.

SITE: <https://zinemaritimas.blogspot.com/>

INSTAGRAM: @zine.maritimas

O sistema neoliberal e o ataque aos direitos e à educação pública

Magda Vicente



Gostaria de iniciar este texto de forma esperançosa, mas isso não será possível. Espero, no entanto, conseguir encerrá-lo de maneira diferente da que o iniciei.

Puello-Socarras (2021) disse que estamos vivendo hoje um período denominado de novo neoliberalismo, isso porque o capitalismo está em outra fase, a fase do indivíduo empreendedor. Harvey (2008) vai agregar a essa característica outras que vêm embasando o sistema neoliberal tanto teoricamente quanto na prática, quais sejam: o fim do Estado de direito, através de reformas como a trabalhista, no Brasil instituída pela Lei nº 13467/2017, e pela reforma da previdência, realizada no ano de 2019. Soma-se a isso a desestatização e o fim do Estado de “Bem-estar social”.

Assim, o que antes era um direito oferecido pelo Estado, como saúde, educação e saneamento público, passa a ser um produto, ofertado pelo mercado e inicialmente aceito pela sociedade, convencida pelo falacioso discurso de que o setor privado seria o garantidor do seu “bom” funcionamento.

Junta-se, ainda, uma outra característica fundamental do sistema neoliberal, como bem destaca Harvey (2008), que é a destruição dos sindicatos e de todas as representações classistas, uma vez que sem a organização da classe trabalhadora, o sistema capitalista “deitaria” mais fácil em berço esplêndido, pois seria incorporado de forma mais rápida e leniente na sociedade. Assim, a elite brasileira tem trabalhado fortemente para que o obstáculo da luta sindical, dos coletivos e das minorias seja completamente destruído.

Para colaborar nesse objetivo, aciona o discurso de empreendedorismo e direciona toda e qualquer responsa-

bilidade sobre o sucesso ou o fracasso do trabalhador e da trabalhadora como consequência do resultado de um esforço individual, que retira do Estado e do mercado sua grande responsabilidade pela situação econômica, política e social brasileira.

Com isso, se hoje o litro de leite custa 10 reais e se há 33, 1 milhões de brasileiros passando fome no Brasil (quadro que remonta a gravíssima situação da década de 1990), é porque você, cidadão brasileiro, não se esforçou o suficiente, dizem eles!

Importante destacar que para a implementação desse sistema, a sua forma varia, seja com ou sem democracia, que é o que estamos vivendo hoje no Brasil com um governo fascista e neoconservador.

No que tange à educação, o cenário também é um dos piores, pois o Estado passa a ser avaliador e regulador e vai se retirando da obrigatoriedade de prover a ensino público.

Para reforçar ideologicamente essa postura, o governo ataca a educação e fragiliza sua principal estrutura, o MEC. Neste, desde 2018, tivemos mais de 5 ministros da educação, e todos! apresentaram atitudes e ações que não coadunam com o cargo de MINISTRO da educação pública brasileira! Tivemos desde ministro que apresentou diploma de pós-graduação falso, outro não sabia escrever português e um terceiro, sendo pastor, teve que renunciar, depois foi preso e responde por acusação de propina no ministério.

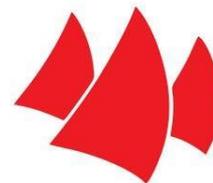
O descaso com a educação pública brasileira, porém, não acaba por aí.

Hoje há diversos projetos de destruição do ensino superior público, dentre eles cito a PEC 32 da reforma administrativa que, entre tantos problemas, retira a estabilidade do servidor e da servidora,

realiza cortes em direitos adquiridos, como as férias, e ameaça o sistema de aposentadoria; a PEC 206/2019, que prevê a cobrança de mensalidade nas universidades públicas; e a PEC do Teto, que congelou os gastos com a educação por 20 anos e atinge diretamente a assistência estudantil, pois afeta um dos programas mais importantes da educação que é Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), responsável por oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico nas IES.

Para a continuidade das classes populares no ensino superior público, torna-se fundamental não apenas garantir o ingresso do estudante pelas cotas, mas também meios e assistência para sua permanência na Universidade pública. Hoje, caso os cortes não sejam revertidos, a Furg não terá condições de manter as portas abertas para além do mês de agosto. Afinal, sem assistência quem consegue permanecer na Universidade?

A destruição do Estado brasileiro e de direitos é fortalecida pelo conteúdo ideológico que o atual governo dissemina nas redes sociais e jornalísticas (pró-governo), junto a membros de partidos conservadores e de direita que bra-



APROFURG
SEÇÃO SINDICAL ANDES/SN



dam com arma na mão utilizando o nome de “Deus”, da pátria e da família de forma leviana, enganosa e interesseira. E assim, contraditória e vergonhosamente, tentam convencer a população de que é a educação pública um dos grandes problemas desse país e, portanto, bastaria entregá-la ao setor privado para que toda a sociedade, através do seu próprio esforço, voltasse a ser feliz, mesmo que para isso ela não tenha sequer oportunidades.

A população não tem mais como se aposentar, pois esse Estado não fornecerá mais aposentadoria pública, não fornecerá mais direito à saúde, uma vez que o SUS também deverá ser privatizado, não ofertará a escola pública e sequer direitos trabalhistas, muitos dos quais já foram retirados. E tudo isso para o bem do “novo” neoliberalismo “progressista” que, atendendo ao que há de mais “moderno e tecnológico”, garante a responsabilidade do trabalhador e da trabalhadora através da possibilidade de autonomia e flexibilidade trabalhando em casa ou 18h no serviço de Uber, por exemplo. Afinal, o que eles propõem é um Estado que garante, via setor privado, uma formação básica para o mercado de trabalho e que abandone o conteúdo crítico das escolas brasileiras, além, é claro, de destruir o Ensino Superior e destiná-lo apenas a uma elite e às empresas privadas de ensino.

Porém, o sonho prometido de empreendimento individual ainda não atingiu seu êxito, pois, no que diz respeito à intenção deliberada de destruição dos sindicatos, o sistema neoliberal precisa chegar a patamares mais profundos de corrosão das capacidades afetivas do ser humano. A coletividade, por mais frágil, mantém-se viva por meio de uma grande diversidade de organizações, sejam elas estudantis, trabalhistas ou classistas na superação de tais situações e na luta contra as propostas que eles buscam impor. Portanto, muitos dos nossos direitos ainda não foram retirados porque a sociedade denunciou e reivindica a permanência de um Estado de direito, que deveria garantir dignidade, igualdade e equidade para as pessoas, a começar pelo acesso aos direitos básicos, dentre os quais estão a educação, do Ensino Básico ao Superior. Por isso, na contramão desse processo, sua participação e contribuição é muito importante, junto a uma entidade classista e representativa e mudando o cenário atual, em outubro, nas eleições!



HARVEY, David. Neoliberalismo. História e implicações. SP: Ed. Loyola, 2008.

PUELLO-SOCARRAS, José Francisco. Novo Neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre) [online]. 2021, vol.27, n.1, pp.35-65. Epub Mar 24, 2021.

Universidade em autofagia: falta, fome, silêncio e apatia

Ana Furlong Antochewis

As universidades brasileiras passam fome. Analogia ruim, em um País que tem 33 milhões de pessoas com fome, sem garantia de ter ao menos uma refeição diária. Ruim, mas não mentirosa, é possível de se enxergar. Talvez exija que olhemos com lentes menos embaçadas da ressaca romântica deixada pela lembrança dos governos democráticos populares, ressaca de uma vivência de fatura de verbas e de vidas girando agitadas entre os prédios dessas grandes escolas.

Ainda que esse investimento estivesse em desaceleração desde antes de 2016, ao passar a ser gerenciado pelo voraz fascismo atualizado que chegou ao poder em 2019, o sistema de ensino superior brasileiro foi um dos pontos-chaves de ataque da

agenda neoliberal. Com perversa maestria, transformaram a universidade, antes um pujante caldeirão de diversidade e criatividade, cheia de conflitos que produziam novas frentes de articulação, de pensamento e de ação, em um deserto silencioso de sofrimento e ausências.

De acordo com o DIEESE, o salário mínimo necessário para a aquisição de uma cesta básica para uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$6.527,57, mais de 5 vezes o valor atual. É a realidade perversa desse País em que a grande mídia anuncia crescimento dos índices de empregabilidade pós-pandemia, mas não revela que essa “empregabilidade” está vinculada à informalidade e acesso a rendimentos ainda insuficientes segundo o IPEA. Fatal e perversamente insuficientes,

quando observamos dados do IBGE de que o rendimento da população ocupada caiu 3%, sendo essa queda proporcionalmente mais intensa nas classes com menores rendimentos - situação que se materializa em um cenário de quase 60% da população vivendo em algum grau de insegurança alimentar.

Em sua pesquisa de doutoramento, realizada em 2019, sobre a Saúde Mental dos Estudantes Universitários, antes da pandemia de covid, Lauro Demenech identificou que a insegurança alimentar fazia parte dos fatores que geram estresse nos estudantes universitários. E não era um fator raro ou incomum: um terço dos estudantes universitários já indicavam em algum grau de preocupação com a possibilidade de não ter acesso a alimento no mesmo dia ou em



um futuro próximo. Vivenciando um cotidiano de necessidades materiais atendidas através de

um patamar de verba que está contingenciada desde 2016, não é de surpreender ninguém que a universidade esteja faminta como a percebemos.

A universidade passa fome e está em autofagia. Em um organismo, como em um ecossistema, na falta de recursos, é possível ver um processo de nutrir-se de si mesmo, sacrificando sua própria organicidade em nome da perpetuidade. Assim opera o capital, consumindo tudo à sua volta para expandir-se sem limites. Mas, como a universidade se consome? Primeiro, levaram as bolsas permanência, mas não me importei com isso, eu não era estudante que precisava da bolsa. Em seguida cortaram as bolsas de pesquisa, mas não me importei com isso, eu não era pesquisadora. Depois demitiram os terceirizados e os aprisionaram no trabalho intermitente, mas, como eu tenho meu emprego, também



APTA FURG

SINDICATO

não me importei... Me perdoe Brecht pela parca interpretação, mas ainda vou colocar Drummond no meio da conversa. Pq no meio do caminho, surgiu uma pandemia... Surgiu uma pandemia no meio do caminho de uma universidade que cambaleava após uma sequência de tropeços - ou caldos de ondas vi-

olentas, se quisermos pensar no nosso microcosmo litorâneo riograndino. E nesse cambalear, entre faminta e esfolada, a universidade parece seguir assim, meio que tentando se localizar no atordoamento do golpe.

Para sair dessa condição, nos falta que as partes da universidade saiam em defesa do corpo todo. A autofagia é um processo que consome a fonte de reserva energética mais fácil de acessar. Se pensarmos no corpo universitário, podemos metaforizar como a energia mais vulnerabilizada os estudantes e os trabalhadores precarizados pela terceirização. O consumo das reservas mais protegidas, dos estatutários, ah, esses também estão sendo consumidos, de forma lenta e constante - o suficiente para mantê-los entre assustados e quietos, como se escondidos embaixo das mesas ou atrás de seus notebooks não fossem ser absorvidos logo ali adiante. A autofagia consome a esperança, e com ela, ao que parece, a solidariedade.

A universidade passa fome, e fome em dimensões tão diversas que a gente até entende essa apatia que incomoda, essa angústia que paralisa. Fome de recurso. Fome de comida. Fome de gente, vozes, cores e fervilhar nos corredores e nas salas de aula. Fome de luta, de raiva mobilizadora. Fome de sentido. O desafio será, portanto, não apenas recuperar a vida material cotidiana da universidade brasileira, mas, fundamentalmente, mergulhar na análise crítica desse sofrimento para que, talvez assim, possamos de forma original e autêntica encontrar formas de transformar a universidade, o futuro e a vida.



ESTUDO CIENTÍFICO MOSTRA QUE O RESULTADO DE UM ESTUDO CIENTÍFICO DEPENDE DA PROCEDÊNCIA DE SEU FINANCIAMENTO.





Assédio

Horacio Rodrigues

O retorno à presencialidade na FURG em 2022 foi marcado por uma mobilização de estudantes contra um professor. O motivo da mobilização foi o retorno do docente à sala de aula, após um período de afastamento por denúncias de assédio a alunas e servidores. Seu retorno gerou um sentimento de repulsa, não só nas/os estudantes que viriam a ter de assistir suas aulas, mas em todas e todos que minimamente estavam a par da situação. Isto porque o professor havia sido afastado por denúncias de pelo menos nove registros de ocorrência por parte de alunas, mas descobrimos também que o mesmo professor não só é acusado por assédio sexual, mas também responde por assédio moral contra colega servidore.

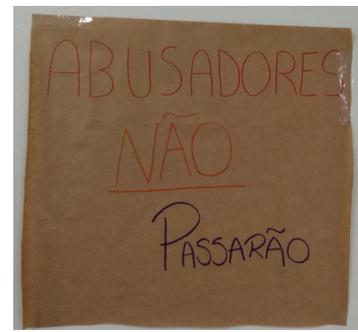
Pois tal condição de assediador tão denunciada deveria (ao menos parece óbvio) levar os esforços institucionais a não permitir que o mesmo voltasse a dar aulas em uma disciplina básica da graduação. Pois, pasmem leitores, que ao invés disso, o instituto ao qual ele pertence não só insistiu na manutenção dele como professor da disciplina (uma disciplina básica em seu curso, que po-

de ser ministrada com qualidade por diversos colegas de instituto), como chancelou um episódio absurdo de escolta, pela guarda da FURG, ao assediador nos corredores do pavilhão de sala de aula, sob o pretexto do mesmo precisar de “proteção”.

A mobilização, a indignação e o boicote às aulas, no entanto, forçaram o cancelamento da disciplina, que será ofertada com outro professor no próximo semestre. Uma vitória das/os discentes que se mobilizaram e lutaram até a vitória! Ou seja, os encaminhamentos e medidas necessárias só vieram a ser tomados mediante a organização e mobilização, que romperam a barreira do silêncio. Barreira que é tão difícil de ser rompida por quem sofre assédio sexual ou moral! Além disso, destacamos que este caso é um exemplo de como a luta pelos direitos é efetiva e, também, nos leva a refletir o quanto as instituições - seus gestores - precisam repensar a sua postura em relação aos assediadores.

As consequências para quem sofre o assédio (relato de assédio moral):

Um servidor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que prefere não se



identificar, conta que sofreu perseguição em seu local de trabalho ao longo de quatro anos. Tarefas alheias à sua função, gritos, cobrança excessiva e deboche. Até o dia em que conseguiu romper o ciclo de assédios e mudou de setor dentro da instituição. As marcas deixadas pelo desgaste psicológico, porém, ainda não desapareceram, mesmo com o passar dos anos.

O servidor técnico-administrativo relata uma rotina de medo constante, entre os anos de 2015 e 2018, ao ponto de se sentir culpado por ficar doente. No auge do desgaste da relação de trabalho, conta que foi chamado de merda e ameaçado de ser expulso do próprio ambiente de trabalho.

Mesmo depois de ser transferido para outro setor, foi acusado pelo docente e teve um pedido de processo administrativo tramitando por um ano, até ser arquivado, agravando seu estado emocional. “Tinha dias em que eu me vestia para o trabalho e não tinha ânimo de sair de casa para ir trabalhar”, conta. Ain-



Fonte: Estudantes



**ASSÉDIO é agressão! DENUNCIAR
PROCURE a APTAFURC**



da hoje, conta que sofre com uma gastrite crônica que é desencadeada por questões emocionais, fruto da época em que sofria o assédio.

Para o servidor, o assédio é um problema que está nas estruturas do país, muito além da universidade. Ele acredita que muitos ainda reproduzem uma relação escravocrata e que o docente o via como um serviçal, não como um colega de trabalho. Ele próprio, até despertar para o fato de que o que sofria não era normal, se sentia como um empregado que a FURG contratara só para servir ao docente.

A solução só virá, acredita, a custa de muita luta. “As instituições vão se fechando para a questão, muitas vezes não investigam”, opina o servidor, que diz ter revivido todas as dores quando viu as novas denúncias vindo à tona na universidade. “Os casos são outros, mas é o mesmo modo de agir, a mesma pessoa. É como se eu estivesse revivendo tudo aquilo”.

O Servidor socorre-se da via judicial, pela interposição de ação própria, que tramita na comarca de Rio Grande, motivado não apenas pelo caráter individual de reparação dos danos morais sofridos, mas especialmente pelo caráter punitivo e pedagógico do processo em aspecto amplo, respectivamente inibir o agente agressor na prática de

futuros episódios de assédio e, secundamente, estimular a resistência à essa prática por outros assediados.

A morosidade da justiça e os efeitos da Pandemia no sistema judiciário impõe ao servidor uma amarga espera pelo andamento do feito, o que não o desmotiva de ver reconhecido seus direitos e amparadas suas angústias!

Para dirigente sindical, problema está na estrutura oligárquica das instituições:

Por tratar-se de uma relação de trabalho, mesmo aquelas que envolvem o trabalho discente, o assédio é de interesse do sindicato. É o que defende um dirigente do sindicato dos servidores técnico-administrativos da FURG. Para ele, os casos de assédio têm se intensificado e exigem não apenas mais debate, mas luta política, especialmente dos grupos mais fragilizados, segundo ele: as/os estudantes e as/os servidoras/es terceirizadas/os.

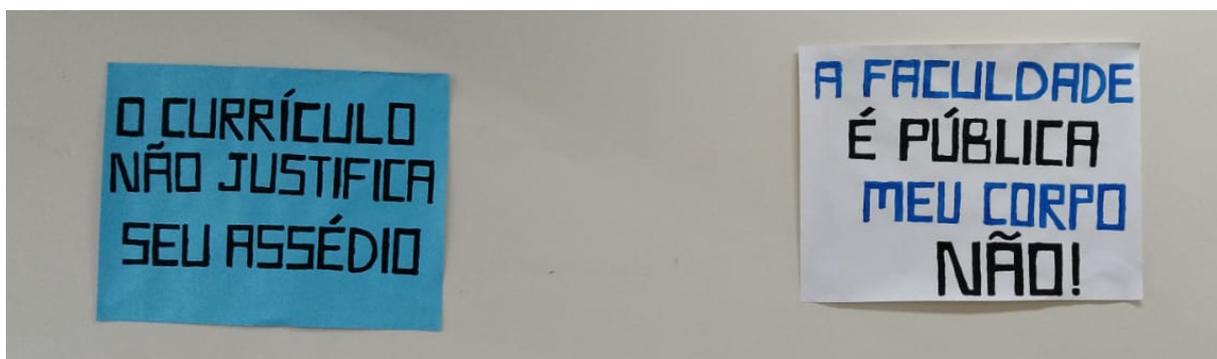
O debate do assédio é recente, explica o dirigente sindical. “Antigamente o que se tinha era o conflito. É preciso tomar cuidado com isso. O assediador tenta caracterizar o assédio como conflito de interesse, de personalidades”. O assédio, no entanto, está relacionado ao poder e é uma violência capaz de corroer as relações e, como vimos, leva

o assediado ao adoecimento.

Embora reconheça avanços no sentido de democratizar o poder na universidade, ainda que com muitas limitações de representatividade, o sindicalista aponta para essas relações de poder como sendo as responsáveis por produzir o assédio. “A universidade é oligárquica. Estamos falando de um espaço em que 80% da comunidade não tem acesso ao poder”, explica, referindo-se ao estudantes, técnicas/os e terceirizadas/os.

Para o sindicalista, o problema está na necessidade de a gestão, por sua natureza oligárquica, reproduzir-se no poder. A universidade, ele explica, é parte do Estado que, sendo oligárquico, utiliza-se naturalmente do assédio para se manter. “Estamos falando de grupos que fazem a gestão da universidade há quase duas décadas. É possível uma gestão de natureza oligárquica, enfrentar o assédio? O poder oligárquico impõe à gestão o assédio como ferramenta de gestão”.

Enquanto movimento organizado, o que o sindicato propõe é o enfrentamento político, campanhas, faixas. Além disso, tenta convencer a pessoa a entrar administrativamente ou na justiça contra o assediador. Para o sindicalista, enfrentar o assédio é enfrentar o poder institucionalizado.





Luta de trabalhadores do Transporte Público em Rio Grande frente a um cenário de calamidade



Guilherme Serafim

No dia 13 de maio de 2022, sexta-feira pela manhã, a Prefeitura do Rio Grande informou em entrevista coletiva a não renovação do contrato com a Noiva do Mar, uma das empresas responsáveis pelo transporte público da cidade há 50 anos. À tarde, parte dos 187 trabalhadores e trabalhadoras da empresa realizaram protesto no centro da cidade, uma vez que estes não foram informados de tal fato e também por possuírem pendências com tal empresa, pois esta estava com o pagamento dos salários de abril em atraso e não tinha depositado o FGTS de parte dos funcionários. Outras reclamações como acordos trabalhistas e questões fiscais também fizeram parte da manifestação.

Entre os pontos citados para a rescisão do contrato, que foram divulgados pela comunicação do Prefeito Fábio Branco, estão: a reclamação da população da cidade frente ao serviço oferecido, dificuldades operacionais e de pagamento dos colaboradores, e a falta de investimento por parte da empresa. Foi estabelecido, então, que outra empresa que faz algumas linhas do município, a Transpessoal, assumiria o serviço de transporte coletivo da cidade até ocorrer uma nova licitação e outra empresa assumir, durante o contrato emergencial de 6 (seis) meses. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Rio Grande, Fábio Machado, em vídeo gravado por Eduardo Bozzetti, explicitou que ocorrerá uma reunião com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, entretanto, a empresa que ficou com todas as linhas, disponibilizou apenas 102 vagas, menos da metade do necessário para alocar todos os trabalhadores. O presidente do Sindicato, na segunda-feira, dia 16 de maio de 2022, definiu como uma bomba o

que ocorreu na sexta-feira (13/05), visto que o Sindicato não fora avisado previamente.

O sindicalista colocou, conforme o jornal Diário Popular, que 70% do total dos trabalhadores da antiga empresa será absorvido, sendo motoristas, cobradores, mecânicos, funcionários de limpeza, entre outros. O presidente mencionou, também, que os funcionários no setor administrativo, como recursos financeiros e humanos, ficarão sem vínculo.

Fica, então, o seguinte questionamento: e o restante dos trabalhadores?

E os 30%?! Ficarão sem emprego e sem renda neste cenário de calamidade pública, onde o desemprego, a fome e a miséria assolam tanto a nível local como a nível estadual e nacional?

Por que só agora foi rescindido o contrato, uma vez que há anos ocorrem episódios onde os trabalhadores da empresa reivindicam seus direitos através de paralisações e manifestações, com destaque para a que ocorreu em 2021 durante mais de uma semana exigindo o pagamento de férias e 13º?

Junto a tal fato deplorável, no caso, o desemprego desses trabalhadores que não foram absorvidos pela nova empresa, se tem o Projeto de Lei, de autoria do Executivo, vulgo Prefeito, aprovado por 14 (catorze) votos contra 6 (seis) no ano de 2021, que se tornou a Lei Municipal nº 8.699, permitindo que as empresas de transporte que operam na cidade iniciem a extinção gradativa da função de cobrador. Tal Projeto justifica a demissão desses trabalhadores com intuito de diminuir o valor da tarifa em cerca de R\$ 0,70 a R\$ 0,90 centavos. Se compreende, com isso, que os que dizem representar o povo, na verdade, não estão se importando, dado que a maioria da Câmara dos Vereadores votou a favor. Claro, seus empregos e seus salários para atuarem enquanto algozes dos trabalhadores e servos dos empresários do Município estão garantidos.

Urge a seguinte dúvida: que fazer diante desse cenário?

Não tenho todas as respostas, mas creio que a organização e ações que visem a parada de todas as atividades



Fonte: O Litorâneo



é uma peça fundamental na manga dos trabalhadores frente às injustiças que vivenciam cotidianamente, pois são eles que produzem e fazem as coisas se moverem pelo seu trabalho.

E, na busca por terem nas mãos realmente os frutos de seu trabalho, parafraseio Karl Marx: o trabalhador nada tem a perder a não ser os seus grilhões!

FERREIRA, Marcelo; REINHOLZ, Fabiana. Marcha contra a Fome, a Miséria e o Desemprego será realizada em Porto Alegre no sábado (9). Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/08/marcha-contra-a-fome-a-miseria-e-o-desemprego-sera-realizada-em-porto-alegre-no-sabado-9>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

KLUG, Aline. Funcionários da Noiva do Mar seguem parados. Diário Popular, 2021. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/zona-sul/funcionarios-da-noiva-do-mar-seguem-parados-159521/>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

KURZ, Lucas. Noiva do Mar deixará de atuar em Rio Grande. Diário Popular, 2022. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/zona-sul/noiva-do-mar-deixara-de-atuar-em-rio-grande-170597/>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

KURZ, Lucas. Empresa absorve parte do efetivo da

Noiva do Mar. Diário Popular, 2022. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/zona-sul/empresa-absorve-parte-do-efetivo-da-noiva-do-mar-170653/>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.



PELEGI, Alexandre. Rio Grande (RS) autoriza empresas do transporte coletivo a iniciarem processo de extinção da função de cobrador. Diário do Transporte, 2022. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2022/03/05/rio-grande-rs-autoriza-empresas-do-transporte-coletivo-a-iniciarem-processo-de-extincao-da-funcao-de-cobrador/>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

PREFEITURA de Rio Grande encerra contrato com empresa de transporte coletivo após 50 anos. GZH Geral, 2022. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2022/05/prefeitura-de-rio-grande-encerra-contrato-com-empresa-de-transporte-coletivo-apos-50-anos-cl34pz83j00610167cvblxyib.html>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

ROSA, Rafaela. Rio Grande aprova extinção de cobradores de ônibus. Diário Popular, 2021. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/zona-sul/rio-grande-aprova-extincao-de-cobradores-de-onibus-165003/>>. Acesso em 14 de jul. de 2022.

Observatório. Quem somos e projetos atuais:

O observatório surgiu em 2011, articulando pesquisas e atividades educativas relacionadas ao mapeamento em jornais de manifestações públicas populares de comunidades, trabalhadoras/es, alunas/os, acadêmicas/os etc. No mapeamento, identificamos o tema (problema de injustiça) motivador da ação cidadã, os manifestantes - que chamamos de demandantes - e quem é indicado/apontado como responsável pelo problema, seja como causador, fiscalizador e/ou que deve/tem que resolvê-lo. Portanto, para nós, os conflitos que mapeamos NÃO são o que deve ser resolvido, mas SIM o problema que gerou tal conflito, que está a causar injustiça ambiental àqueles que foram às ruas protestar.

O observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil é também um espaço educativo de relacionamento e formação, pois, ao mapear conflitos e problemas indicados pelos mesmos, os relacionamos às reflexões acadêmicas em trabalhos de conclusão de curso, em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Assim,

buscamos praticar uma educação para a justiça ambiental, pois, na medida em que os conflitos são indicadores de problemas apontados por quem se mobiliza e vai às ruas (as/os exploradas/os, as/os contaminadas/os, as/os dominadas/os, as/os injustiçadas/os, as/os discriminadas/os), tal educação só pode estar ao lado, com e ser pensada/refletida desde e a partir daquelas/es que estão vivendo e sofrendo as injustiças!

O Observatório teve sua constituição subsidiada pelos recursos de duas pesquisas financiadas pelo CNPq (2011-2014; 2014-2017), e também em parte dos recursos de pesquisa do CNPq/MDS (2011-2012). Com isso, constituímos um espaço físico para o observatório (prédio 5), produzimos quatro livros (volume 1, parte do volume 2, depois em 2018 o volume 3 e em fins de 2021 o volume 4) com o tema da Educação para a justiça ambiental como foco das reflexões.

No momento, estamos realizando duas pesquisas. Uma intitulada A Educação Ambiental no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai: Contribui-

ções e limites à educação para a justiça socioambiental, que busca mapear a educação ambiental na região referida e tem como objetivo “investigar quais contribuições e limites [atividades educativas de educação ambiental] aportam à educação para a justiça socioambiental em suas utopias, ações e pedagogia desenvolvidas”; e outra, “Os Conflitos socioambientais no sul do Brasil e Uruguai e a produção acadêmica: Contribuições e contradições na superação da desigualdade socioambiental”, a qual busca identificar os temas/problemas em jornais (2 da região, Agora e Diário Popular; e dois uruguaios, La Diária e El País) ocorridos entre 2018 a 2021, e na sequência a produção acadêmica sobre os mesmos temas/problemas. Bolsistas, mestrandos e doutorandos fazem parte da equipe de pesquisa e relacionam os temas identificados a suas próprias pesquisas e estudos através do espaço educativo e de pesquisa do e no observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil e o PPGA/FURG.



Pesquisas recentes no PPGA:



Observatorios socio-ambientales desde las escuelas rurales de Uruguay: una herramienta para la educación y la justicia ambiental, por Solana González Pensado.

Esta es una investigación de doctorado en Educación Ambiental (EA). Una tesis que utilizó la EA como una herramienta para la co-construcción de Observatorios Socio-Ambientales (OSAs) en las Escuelas Rurales (ER) del Uruguay, si parten de las necesidades, problemas y/o Conflictos Ambientales (CA) de las comunidades. Los OSAs deben ser reflexionados participativamente, siendo una herramienta a constituir que tiene sus limitaciones y oportunidades, con la finalidad de producir una EA para la Justicia Ambiental.

Para mais detalhes acesse: <http://repositorio.furg.br/handle/1/9629>, acesso 20 julho de 2022.

(In) Sustentabilidade, desenvolvimento, educação ambiental e a universidade na transição paradigmática da modernidade. Uma análise crítica do embargo às obras do Campus Carreiros - FURG/ PROGRAMA REUNI 2013, por Daniela da Silva Pieper.

Esta pesquisa apresenta as reflexões e a análise acerca da sustentabilidade, do desenvolvimento e do papel da universidade na sua relação sociedade/natureza, com base no processo administrativo ambiental movido pela Procuradoria da República no Município de Rio Grande, Rio Grande do Sul (PRM/RG/RS), através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Rio Grande do Sul (IBAMA/RS) e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Rio Grande do Sul (FEPAM/RS), contra a Universidade Federal do Rio Grande, que gerou o embargo das obras de expansão do Campus Carreiros.

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000014863.pdf>, acesso 20 jul. 2022.

Contaminação no extremo sul do Brasil e leste uruguaio, ontem e hoje: agronegócio, conflitos e educação ambiental, por Ramsés Mikalauscas Farherr.

O atual modelo de desenvolvimento agropecuário/agrícola, denominado agronegócio, tem se colocado, desde o final dos anos 70 do século passado até os dias atuais, como a principal base de influência nas formas de ser, estar e pensar a natureza, consolidando-se como um "super-setor". Assim, expressa desde cedo, via discursos e propaganda, um sentido fatalista e evolucionista, de que é ele próprio a forma mais bem-acabada, por isso insuperável, de se relacionar com a natureza. Contudo, dois eventos de contaminação hídrica, ocorridos no extremo sul do Brasil e Leste do Uruguai, no final dos anos 70 e início dos 80, apontavam já cedo o ônus mal distribuído e pouco divulgado do setor:

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000014683.pdf>, acesso 20 jul. 2022.

Anarquismo e Educação Ambiental: contribuições a partir de Piotr Kropotkin, Murray Bookchin e da Pedagogia Libertária, por Leonardo Leite da Cunha.

Nesta dissertação são abordadas questões referentes às possibilidades de contribuição dos aportes teóricos libertários em relação à Educação Ambiental. Portanto, este trabalho se insere na linha de Fundamentos da Educação Ambiental. Desta forma, através do aprofundamento em relação à obra de Piotr Kropotkin (1842-1921) e Murray Bookchin (1921-2006), bem como das teorias e práticas da Pedagogia Libertária, buscou-se argumentos no sentido de atribuir possíveis contribuições dos libertários.

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000014012.pdf>, acesso em 20 jul. 2022.

Discursos ambientais e a legitimação das remoções em Rio Grande/RS: um estudo de caso do projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira, por André Luiz de Oliveira Barbosa.

O município de Rio Grande é uma cidade portuária com um processo de urbanização condicionado por alguns ciclos de desenvolvimento econômico, desde o século XVIII, passando pelo século XIX e XX, e culminando neste século com a expansão e modernização do Superporto e a instalação da Indústria Naval. Assim, a produção do espaço urbano de Rio Grande ocorre a partir da transformação de sua natureza dentro do modo de produção capitalista, proporcionando a acumulação de capital financeiro e capital político, ao mesmo tempo que produzia desigualdades e injustiças, expressas na constituição da cidade como uma zona de sacrifício.

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000014625.pdf>, acesso 20 jul. 2022.

Os Rios da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul: Conflitos e Discursos como Contribuição à Educação Ambiental, por Horacio Rodrigo Souza Rodrigues.

Esta dissertação apresenta uma pesquisa desenvolvida na linha de pesquisa de fundamentos da Educação Ambiental, partindo do pressuposto de que esta deve ser pensada a partir dos grupos que sofrem injustiça ambiental, ou seja, uma Educação Ambiental para Justiça Ambiental. Para tanto, é considerado que vigora em nossa sociedade a imposição da ideologia neoliberal, que, para além do acirramento das desigualdades e injustiças, baseia-se na construção de sujeitos orientados a esta lógica (competitiva, meritocrática, desumana).

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000013666.pdf>, acesso 20 jul. 2022.

Os catadores e a cadeia produtiva de reciclagem: uma análise no cenário capitalista, por Camilla Helena Guimarães da Silva.

Esta dissertação revela o trabalho realizado com vistas à conclusão do mestrado em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Propôs-se, a partir das observações emergentes da vivência em uma cooperativa de reciclagem, no município de Pelotas - RS, com base na atividade de catação de lixo, compreender a abordagem socioambiental da realidade dos indivíduos socialmente envolvidos no ambiente de catação e reciclagem, tendo como referência de análise os referenciais de Marx (2011b, 2017), Freire (1987, 2018), Loureiro (2007), Layrargues (2012), dentre outros.

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000013643.pdf>, acesso 20 jul. 2022.

Caminhos transdisciplinares para um autoconhecimento emergente em educação ambiental, por Samuel Lopes Pinheiro.

A Tese "Caminhos transdisciplinares para um autoconhecimento emergente em Educação Ambiental" parte de uma esperança epistêmica em se trabalhar pela regeneração da vida através de um reencantamento do mundo e de um alargar da compreensão sobre a condição humana no âmbito dos Fundamentos da Educação Ambiental. Para tanto, a pergunta ou o problema de pesquisa delimita-se da seguinte forma: Por que o autoconhecimento, enquanto característica transdisciplinar, fortalece o valor pedagógico dos fundamentos em Educação Ambiental?

Para mais detalhes acesse: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000014987.pdf>, acesso em 20 jul. 2022.



CONFIRA: <http://wagnerpassosblog.blogspot.com/>

NOS ACOMPANHE QUINZENALMENTE, ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, 13:30:
@paralelo30aptafurg FM: 106,7

DIA 07/09

OBSERVATÓRIO NO GATO VADIO, NA CIDADE DO PORTO EM PORTUGAL, CONVERSA SOBRE INDEPENDÊNCIA E UM BRASIL SEM BOZO.



Fernanda da Fonseca Pereira

A REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES POBRES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS



LANÇAMENTOS DE LIVROS QUE INDICAMOS:

A REINCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES POBRES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Fernanda da Fonseca Pereira é Técnica em Educação na FURG, tem formação em Serviço Social, com mestrado e doutorado em Política Social e Direitos Humanos. Atualmente, está na Direção do Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente/CAIC-FURG.

MULHERES DA BAIXADA FLUMINENSE, RJ: CAMINHOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL

Leila Sales apresenta as práticas da Educação para a justiça ambiental realizada pelas Mulheres da Baixada Fluminense (RJ) que atuam no Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG), colocando em confronto os discursos da Petrobras-REDUC e as falas antagônicas das mulheres do GT-Mulheres do FAPP-BG.

Lançado na 26ª Bienal Internacional do Livro, confira:
<https://www.youtube.com/watch?v=u-HyYB13PYE>

